

## **REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E O NEOLIBERALISMO E SUAS REPERCUSSÕES PARA O CAMPO EDUCACIONAL**

**Autor:** Alana de Figueiredo Pereira; **Co-autor** Aleksandra Souza Santos

**Resumo:** O presente artigo avalia a reforma do Estado brasileiro e o neoliberalismo e suas repercussões para sociedade civil. Relaciona e mostra o que o projeto neoliberalista provocou no campo educacional e na formação de professores a partir dos anos 90. Esse artigo é uma decorrência de um estudo teórico e uma pesquisa documental acerca das mudanças ocorridas na sociedade brasileira. A consolidação do Neoliberalismo acarretou novos paradigmas para sociedade brasileira obviamente isso se deu com a reforma do Estado que trouxe uma mudança nas formas de administra. Dentro desse aspecto, a sociedade precisa mudar e se enquadrar no novo cenário social, já a educação tem a função de preparar cidadãos para a modernidade.

**Palavras-chave:** Reforma do Estado; Neoliberalismo; Reforma Educacional.

### **Introdução**

O referido artigo tem a finalidade discutir sobre a reforma do Estado brasileiro e a consolidação do projeto neoliberal, como também fazer uma análise em torno da reforma educacional. Para concretizar o objetivo almejado é realizado um estudo em torno da reforma do Estado em que é focado sobre as funções administrativas dos órgãos estatais, após a consolidação do neoliberalismo, é feito também em seguida uma trajetória histórica da implantação do Neoliberalismo que se deu com o governo Collor e se firmou mais ainda com FHC.

Dando seqüência, é examinado as transformações que ocorreram na sociedade e no campo educacional e por último uma análise sobre a formação de professores na nova conjuntura social. Esse artigo é resultado de pesquisas bibliográficas em que são estudadas a reforma do estado e o neoliberalismo.

### **1-Reforma do estado**

Diante da crise que e do irrealismo do projeto neoliberal, cabe ao estado não só garantir as propriedades, como também ajudar a economia para que se diminuam as desigualdades sociais. Desse modo, reformar o Estado implica em aperfeiçoar suas diretrizes e implantar propostas que beneficiem e contribuam para o desenvolvimento da sociedade civil, com isso as instituições estatais devem funcionar como organizações sociais que funcionem de forma eficiente e eficaz.

Os objetivos globais da reforma do Estado sob a ótica neoliberal giram em torna de proporcionar uma autonomia para os demais níveis administrativos da nação, ou seja, só caberia consultar a união quando fosse algo muito importante que o estado e o município não pudesse resolver, e os serviços não exclusivos ficariam a cargo dos órgãos privados, enfim , é uma estratégia

de tirar muitas responsabilidades do setor estatal, como também gerar uma abertura para a prática da privatização.

Dentro desse aspecto, caberia ao núcleo estratégico modernizar a administração nacional, de modo a torná-la mais democrática através da profissionalização dos serviços públicos, de tal modo que este setor gerencial desenvolva um trabalho melhor. O núcleo das atividades exclusivas teria a função transformar as autarquias e fundações em instituições autônomas, fortalecendo as práticas de participação popular, já os objetivos do setor de atividades não exclusivas do estado se resume a transferir para o setor público não-estatal os serviços não-exclusivos, em que consistiria transformar as organizações sociais em instituições de direito privado, como também dar continuidade a privatizações.

A estratégia da reforma do Estado está arquitetada em três dimensões que apesar de serem tratadas de forma independentes, elas são complementares em suas praticidades. A primeira é a institucional e legal, trata-se de uma nova estruturação, um aperfeiçoamento nos fatores jurídicos legais, com o objetivo de tornar possíveis as transformações no Estado para que ele atenda as necessidades da atualidade moderna, assim as emendas que tornaram isso possível foram as da economia, a tributária e da previdência, legislação fundamental para o setor público porque esclarece e vigora sobre a aposentadoria pública e privada.

Ainda sobre essa dimensão, as emendas que tratam da administração pública, relatam sobre a contratação de servidores público através de concursos e de admissão de pessoas pelo regime celetista, e a aplicabilidade de maior autonomia dos três poderes, proposta por Montesquieu, com o intuito de que um poder não tivesse mais poder que o outro, cada um teria suas atribuições.

A segunda e terceira dimensões, referem-se a transição e aperfeiçoamento de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial de se administrar, trata-se de uma mudança qualitativa, afim de dar uma chance aos administradores, através de uma colaboração e parceria, um gerenciamento de forma horizontal, em que todos possam participar e contribuir nas decisões, pois uma eficiência e eficácia na organização pública só se torna possível com essa cooperação mútua entre gerentes públicos e servidores. Sem a passagem de clássica para gerencial a dimensão legal jamais se concretizará, e vice versa.

Uma administração pública gerencial não está centrada nos processos e sim nos resultados pelo fato de poderem punir os que falharem já uma gerência burocrática enfatiza os processos, por acreditar que não vai ser possível penalizar os erros com os resultados.

Nessa dimensão gerencial não há imposição de metas para se cumprir, e sim motivação e estratégias flexíveis para se atingir o que se almeja no nível estratégico, e isso se dará por meio de uma política administrativa que valorize o funcionário público, como também uma filosofia de promoção de qualidade do setor público.

Sumariamente, o plano diretor da reforma do Estado será implementado de forma processual, visando uma reestruturação nos atos administrativos públicos, através de uma filosofia de valorização dos servidores e de uma participação da sociedade, isto é, esse projeto objetiva colocar o Estado com agente executor de uma conquista plena da cidadania.

Fiori (1995) argumenta que, devido a rapidez a qual o Estado foi transformado houve um entendimento errôneo do termo redemocratização, pois o associaram a minimização dos setor público e a desregulamentação da economia brasileira, daí o motivo da crise do Estado, pelo fato de se esquecerem o papel fundamental da esfera estatal no desenvolvimento de uma sociedade e não como um órgão abstrato.

Os neoliberais culpam o Estado pela crise, mas Fiori (1995) discorda desse diagnóstico neoliberal e é contra a idéia de que a solução para os problemas brasileiros está na eliminação da intervenção estatal. Baseado nisso Fiori (1995, p.113), corrobora que:

Embalados por um *tatcherismo* fora do lugar, estes neoliberais propõem submeter a complexidade da crise a sabedoria de um mercado que fora de sua idealização ideológica, já está completamente oligopolizado internamente e repartido internacionalmente.

Por isso, Fiori (1995) transformações decorridas dos ideais neoliberais trazem a necessidade de uma mudança qualitativa na função do Estado, assim, é cabível a ele ser promotor de conquista de mercados externos e internos, como também proporcionar uma melhor distribuição de renda e das condições de vida dos cidadãos.

Porém, uma compreensão certa acerca do papel do Estado, faz com que a privatização das empresas estatais se tornem a única forma de superação da crise econômica a qual o Brasil está passando, desse modo ainda permanece a tese de que a reforma do Estado brasileiro implica em diminuição dos setor público, o que é errado, pois só um Estado forte é capaz de proporcionar um desenvolvimento em um país.

Diante dessa crise, Coutinho (2006), traz duas alternativas para revolucionar os problemas, a primeira refere-se a proposta liberal-corporativista, seria um predomínio do privado sobre o público, a segunda destina-se a uma proposta democrática que representa as vozes das classes populares, em que o Estado tem um papel privilegiado, assim, a democracia seria um dos caminhos para construção de um país novo com a participação efetiva da sociedade civil.

## **2-O neoliberalismo e a reforma educacional.**

A década de 90 foi determinante para conquista da direção política do neoliberalismo através da vitória de Collor nas eleições de 1989 e as privatizações ocorridas no governo Itamar Franco e a consolidação do Plano Real.

De acordo com Silva (2004), o neoliberalismo com seu caráter mercantilista, consistiu em uma valorização do setor capitalista, a desregulamentação da economia, através do livre acesso ao mercado nacional e a ênfase da privatização com o intuito de diminuir a ação do Estado nos setores

de investimento do capital privado. Em síntese, pode-se argumentar que o interesse dos trabalhadores, ou seja, os fatores sociais não estão incluídos nos interesses neoliberais.

Assim Silva (2004) corrobora que, os pilares que circundam a política neoliberal podem ser divididos em três círculos: o externo que se refere a desregulamentação do mercado de trabalho com a redução de salários e direitos trabalhistas, isto fez com que as empresas tirassem proveito dessa situação. O segundo círculo, do sistema de política de privatizações das instituições públicas, ampliando o patrimônio das grandes empresas. O terceiro círculo que apresenta a abertura comercial e desregulamentação financeira, favorecendo a burguesia nacional.

Dentro desse contexto, Boito Jr. *apud* Silva (2004) acrescenta um novo setor da burguesia que se desenvolveu desde o surgimento da política neoliberal, o de serviço, pelo fato de ser uma fonte de altas taxas de lucratividade. “A nova burguesia de serviços ocupa uma posição singular no bloco no poder, mesmo sendo interessada apenas na política de desregulamentação do mercado de trabalho e de supressão de direitos sociais.” (SILVA, 2004, p.129)

Dentro desse aspecto as Universidades tornaram-se alvos do setor privado neoliberal. Com isso, “O modelo de universidade existente no país foi herdado do período populista e do desenvolvimentismo e estava pautado na industrialização e capacitação tecnológica da economia brasileira.” (SILVA, 2004, p.129)

Em contrapartida as universidades privadas são centros de formação precária e de mera difusão do conhecimento acontece, com o liberalismo, uma privatização seletiva, para uma burguesia de serviços, ficam as áreas sociais rentáveis, além disso, o setor privado ganha numerosos benefícios do Estado para expandir os negócios mercantilistas.

As propostas das eleições de 1989 focalizam os interesses neoliberais, o destaque no investimento na educação é com o objetivo de sustentar a iniciativa privada e que seguisse os exemplos dos países desenvolvidos. “Para o grupo conservador à época, o desenvolvimento do sistema educacional estava vinculado às necessidades do crescimento econômico e só secundariamente às necessidades da democratização das relações sociais.” (idem, 132)

Porque para Silva (2004) a educação escolar voltada ao grupo conservador foi defendida como um direito social, mas deve responder aos investimentos do crescimento econômico. A valorização do magistério dentro das considerações de Neves *apud* Silva (2004) era uma das preocupações dos partidos políticos, mas apenas como estratégia de encantamento eleitoral

A educação, contudo, era uma área a demandar soluções urgentes para seus graves problemas e seus profissionais se encontravam em uma situação de desvalorização

que não poderia ser negligenciada, daí não poder estar ausente das propostas eleitorais e dos discursos políticos de qualquer partido que pretendia conquistar a Presidência da República em um país que, recém saído de uma ditadura militar, possuía uma dívida social e educacional enorme com seu povo. (idem, 133)

Com o afastamento do presidente Collor, o governo de Itamar Franco assume a presidência, ele tinha o objetivo de reverter a política de desnacionalização implantada por Collor, entretanto suas ações ampliaram e aprofundaram as estratégias neoliberais introduzidas por Collor.

Com a concretização das medidas de estabilização econômica, o governo Itamar Franco torna-se mais legítimo o possibilitando de colocar um prático Plano Real, para isso, o presidente utilizou o autoritarismo e práticas fisiológicas em relação com o parlamento com o intuito de eleger Fernando Henrique Cardoso para garantir a continuidade do projeto conservador do neoliberalismo.

Silva (2004) corrobora que, com o projeto social liberal e conservador dos governos Collor e Itamar a educação foi obrigada a adaptar-se com o novo cenário da sociedade, isto é, favorecer o desenvolvimento do sistema capitalista

Mas, segundo Martins (1998) apud (Silva 2004) as estratégias política de Itamar Franco não deram salto quantitativo para favorecer os interesses neoliberais, pois a mais importante iniciativa que Itamar Franco fez para educação foi o Plano Decenal de Educação para todos, que visava a garantia do acesso à escola para todos sem exceções e para isto a formação de professora na condição para praticidade do PDE. Em relação a essa questão Silva afirma (2004 p. 140)

Nos anos iniciais de neoliberalismo no Brasil não ocorreu a definição de políticas mais amplas para a formação de professores pautada pela lógica da produtividade e da competitividade empresarial. A ausência destas definições pode ser explicada pelo estágio inicial de implantação das políticas neoliberais no país, o que não permitiu que esta proposta se manifestasse em todas as esferas da educação.

O neoliberalismo só se consolidou aqui no Brasil a partir do governo FHC, que em seus discursos priorizaria as áreas sociais, mas as áreas econômicas continuou sendo o centro das ações governamentais. Para o governo FHC, cabe ao estado regulamentar, fiscalizar, fomentar todas as ações fiscais e sociais. Utilizando-se da máquina estatal e do sucesso do Plano Real, FHC foi reeleito em 1998, fortalecendo ainda mais a continuidade do projeto conservador. Mas, “no segundo mandato, FHC se converteu em um gerenciador de crises. Sem promover as reformas propostas, como as da previdência, tributária, agrária, trabalhista e política,” (SILVA, 2004, p.148)

Com a falta de planejamento de ações para o setor de energia, o PIS se deparou em 2001, com uma grande crise na área energética trazendo inúmeros prejuízos para os cidadãos para a produção nacional e prejudicou a imagem do governo FHC como também a corrupção. Sob a

direção da hegemonia neoliberal a organização da sociedade civil sofre inúmeras mudanças porque a partir dos anos 90 utilizou-se a coerção para convencer as pessoas, não adianta mais. Nesse sentido, para obter o consentimento do povo seria através da conquista e não da imposição

Apesar do governo FHC se utilizar das leis para dominar a sociedade, ele também adotou estratégias que buscaram o consentimento das diversas esferas da sociedade com o intuito de conquistar a aprovação de emendas constitucionais para privatização de empresas nacionais e a reforma do estado, com o lema de incluir o Brasil no sistema globalizado.

Na área educacional o mandato de FHC trouxe inúmeras reformas que tinham como eixo principal a adaptação da educação às exigências do mercado, a formação dos professores deveriam também centralizar no auxílio do capitalismo.

As reformas implementadas na formação docente objetivaram a subordinação da educação às necessidades do capital de constituição de uma nova sociabilidade adequada às mudanças operadas no mundo da produção e, na política, mediante a revisão das funções do Estado. Estas mudanças vêm desmontando o modelo de segurança do Estado de Bem-Estar Social, sustentado no crescimento econômico, na aspiração do pleno emprego e na existência de uma rede de proteção social. (SILVA, 2004, p.153)

Nesse contexto a participação do Banco Mundial foi fundamental porque foi um importante formulador das políticas para educação. Segundo esse órgão o maior problema da educação se constituía na baixa qualidade de ensino e par resolver isso propõe uma reforma educacional que priorize a educação básica, através da destinação de recursos para escolas e para a formação de professores

Entretanto vale ressaltar que a formação dos professores enfatizaria a competência, centrada obviamente nos métodos e nas técnicas sem considerar a qualificação do educador, enquanto sujeito social, mas esse objetivo mecanicista na capacitação profissional era uma característica do governo FHC.

A sociedade brasileira desde 1970 vem sendo influenciada pelo projeto neoliberal que se centra na redução das funções do estado no que diz respeito aos setores mais pobres, desse modo a sociedade teria que se organizar de acordo com os interesses corporativistas a fim de atender aos interesses dos capitalistas, com isso, a sociedade civil torna-se parte do terceiro setor. Outro projeto diz respeito as massas democráticas, que visam a grande política como defende Coutinho *apud* Silva (2004), através de uma difusão dos movimentos sociais.

Esses dois projetos se distinguem em relação a educação e sua função social, para um a área educativa tem a função de formar cidadãos para a conquista da cidadania plena, já o primeiro é de caráter capitalista, portanto a educação é responsável pela preparação e capacitação de mão-de-obra para favorecer as corporações.

Nesta perspectiva, é possível afirmar que não existe uma única concepção de professor e da formação necessária a este profissional, pois a mesma dependerá do projeto de sociedade e de educação ao qual a formação do professor está vinculada. Dessa forma, as exigências para a formação de professores surgem das mudanças ocorridas nas relações sociais e no trabalho e são definidas em cada momento histórico a partir da correlação de forças existentes entre as classes e frações de classes sociais. (SILVA, 2004, p.)

O perfil do novo trabalhador que o sistema neoliberal impôs a escola preparar deve ser flexível, criativo, competente, que saiba lidar com todos os tipos de linguagens que o mundo informatizado está praticamente impondo a sociedade. “Neste contexto, uma nova proposta de escola emerge visando uma formação centrada na articulação entre conhecimentos, atitudes e comportamentos, com a ênfase nas habilidades cognitivas e sócio-afetivas.” (SILVA, 2004, p.21).

Conseqüentemente isso repercute no trabalho do professor, mas principalmente na formação, pois é o educador o protagonista dessa formação de trabalhadores para o sistema capitalista, o que impera nos dias atuais é a pedagogia da competência.

Vale ressaltar que, quanto mais o projeto neoliberal foi sendo fortalecido no Estado brasileiro, menos se fez pela conquista de uma escola pública, gratuita e democrática, e também a qualidade na formação de professores foi perdendo ênfase perante o congresso.

As preocupações em torno da formação de professores tiveram ênfase, a partir da Revolução Francesa, em que prevaleceram as idéias de que é através da instrução que as pessoas receberão a “luz”, assim quem transmitia esse saber precisava ser alguém capacitado e preparado para tal função. Nunes (2001), afirma que as preocupações em torno da preparação de docentes surgiu nos anos de 1980 e 1990 devido a profissionalização e a questão do conhecimento dos professores, para assim garantir a legitimidade da profissão, dentro dos aspectos políticos e pedagógicos

Já Malanchen e Vieira (2006) adicionam que a formação de professores se deu a partir das recomendações feitas pelas reformas do Estado, assim. “A defesa ideológica da reforma do Estado é realizada pelo discurso de modernização e racionalização do mesmo, objetivando, desse modo, a superação de problemas da contemporaneidade” Malanchen e Vieira (2006, p.2)



A reforma do Estado foi o marco inicial para introdução das idéias neoliberais, que favoreceu a privatização de órgãos educacionais abrindo as portas do Estado nacional para o capital internacional, desse modo, “o progressivo dismantelamento do Estado como agência produtora de bens e serviços e como aparelho institucional orientado a garantir e promover os direitos da cidadania” (GENTILI, 1999, p. 106). *Apud* (MALANCHEN e VIEIRA, 2006).

O autor supracitado afirma que, a redefinição do papel do Estado gera uma alteração na educação que passou de uma esfera política para uma esfera de mercado, para favorecer uma sociedade capitalista e globalizada, a reforma educacional ganha ênfase com o Plano Decenal de Educação atrelado com a criação da LDB 9394/96 criado pelo governo Itamar Franco. no entanto, “Assim, foi apontada a ineficiência do Estado na administração educacional e defendida a necessidade da reforma associada idéia de modernização dos sistemas.” (MALANCHEN E VIEIRA, 2006, p.6)

A princípio a preparação dos profissionais da educação era baseada na prática típico do ensino tradicional, no método em que a teoria era deixada de lado, bastava gostar de crianças e saber cuidar delas, uma ruptura com as idéias dessa educação mecânica foi realizada através da introdução do método intuitivo de Pestalozzi que valorizava a observação e experiências pelos estímulos sensoriais.

Neste contexto, Nunes (2001, s: s) acrescenta que “as pesquisas sobre a formação de professores e os saberes docentes surgem com marca da produção intelectual internacional, com o desenvolvimento de estudos que utilizam uma abordagem teórico-metodológica.” a partir dos anos 90 as considerações em torno da vida individual dos docentes também entram em foco.

As primeiras instituições responsáveis pela capacitação de professores foram as escolas normais, que não tiveram muita relevância só obtiveram algum êxito com a introdução da democratização e obrigatoriedade da formação para o ensino primário.

Em tais circunstâncias, desde a sua criação as escolas normais brasileiras fizeram parte dos sistemas provinciais. O modelo que se implantou foi o europeu, mais especificamente o francês, resultante de nossa tradição colonial e do fato de que o projeto nacional era emprestado às elites, de formação cultural européia. (TANURI, p.63)

Tanuri (2000) corrobora que, com a Nova Lei de Diretrizes e Bases a escola Normal perde sua função de única instituição de formação de professores, ficando a cargo do curso Pedagogia

nível superior, que tornou-se exigência para preparação de profissionais para atuarem na educação, que enfrentou e ainda enfrenta inúmeras dificuldades para se firmar na sociedade

Essa delimitação dos problemas educacionais a uma abordagem estritamente técnica tem sido apontada como responsável por uma visão ingênua e tecnicista da educação, isolada de seu contexto histórico-social, que faria carreira na educação brasileira a partir de então e da qual resultaria uma ampliação da ênfase nos conteúdos pedagógicos, no caráter “científico” da educação e na suposta “neutralidade” dos procedimentos didáticos (NAGLE, 1974, P. 274; SAVIANI, 1985). *apud* (TANURI, 2000)

Desse modo, o aperfeiçoamento na formação dos professores deveu-se a remodelação do curso de Pedagogia nos anos 80, a qual visava a instrumentalização e preparação para os professores das séries iniciais. Finalmente, Tanuri (2000) revela que a formação de professores ainda enfrenta o descaso por parte do órgão responsável pela educação, o Estado, em relação a preparação de educadores.

Segundo Nunes (2001), a partir dos anos 90 a formação dos professores é baseada na prática e reflexão, considerando também a identidade do professor, visto que:

Considerando que tanto a escola como os professores mudaram, a questão dos saberes docentes agora se apresenta com uma outra "roupagem", em decorrência da influência da literatura internacional e de pesquisas brasileiras, que passam a considerar o professor como um profissional que adquire e desenvolve conhecimentos a partir da prática e no confronto com as condições da profissão. (NUNES, 2001)

Gauthier (1998) *apud* Nunes (2001), argumenta que o que falta nas disciplinas que os professores aprendem para ensinar são teorias que condizem com a prática e com a realidade da sala de aula, porque o que gira em torno das formações docentes centram-se nos ofícios sem saberes, ou seja, falta de uma sistematização de um saber próprio; saberes sem ofícios, isto é, formalização do ensino, saberes que não fazem parte da realidade; e ofícios feitos de saberes, esses dizem respeito vários saberes e a prática mobilizados pelos professores. Sobre esse assunto Malanchen e Vieira (2006, p.2) argumentam que:

As reformas educacionais mundialmente efetivadas nos anos de 1990 e com continuidade nesse novo milênio, procuraram traduzir as demandas colocadas pela lógica do capital. Assim, as reformas postas em prática nos últimos anos partem dos mesmos princípios: as mudanças econômicas impostas pela globalização, exigindo maior eficiência e produtividade dos trabalhadores a fim de que eles se adaptem mais facilmente às exigências do mercado

Assim, a formação do professor não deve ser só prática e teórica, faz-se necessário uma reflexão histórica e social em torno da identidade do professor, com isso:

Dessa forma, o saber do professor pode ser racional sem ser um saber científico, pode ser um saber prático que está ligado à ação que o professor produz, um saber que não é o da ciência, mas que não deixa de ser legítimo. Assim, o saber é

considerado como resultado de uma produção social, sujeito a revisões e reavaliações, fruto de uma interação entre sujeitos, fruto de uma interação lingüística inserida num contexto e que terá valor na medida em que permite manter aberto o processo de questionamento. Ao se pensar um modelo de professor, deve-se levar em conta o contexto no qual se constroem e se aplicam os saberes docentes, isto é, as condições históricas e sociais nas quais se exerce a profissão; condições que servem de base para a prática docente. Este professor possui, em virtude da sua experiência de vida pessoal, saberes próprios que são influenciados por questões culturais e pessoais. (NUNES, 2001, s:s)

Malanchen e Vieira (2006) legitimam que a crise da educação é demonstrada como uma crise de eficiência, eficácia e produtividade do sistema, a superação da deficiência educacional é assinalada a partir da adoção de organismos corretivos baseados no mercado, o que significa que a educação deixa de ser compreendida como direito para ser tratada como oportunidade.

Dentro desse aspecto, para realização da reforma do Estado e da educação, a formação dos profissionais é condição para concretização dos interesses neoliberais capitalista, tendo em vista que: “Os professores ganham uma centralidade na reforma educacional uma vez que são responsabilizados pela crise da educação e, ao mesmo tempo, indicados como a alternativa para solucionar os problemas educacionais” (MALANCHEN e VIEIRA, 2006, p.11

### **Referências Bibliográficas**

MALANCHEN, Júlia. VIEIRA, Suzane da Rocha. A política brasileira de formação de professores: repercussões sobre o trabalho docente. VI SEMINÁRIO DA REDESTRADO - Regulação Educacional e Trabalho Docente 06 e 07 de novembro de 2006 – UERJ - Rio de Janeiro-RJ

MELO, Elena Maria Billig. POLÍTICA DE (DES)VALORIZAÇÃO E (DES)PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO: VIESES ATUAIS.2008.Disponível em: [www.isecure.com.br/anpae/130.pdf](http://www.isecure.com.br/anpae/130.pdf). Acesso janeiro de 2010.

Silva, Andréia Ferreira da. Formação de professores para a educação básica no Brasil: projetos em disputa (1987-2001) Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2004.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. nº: 14, maio/jun./jul./ago., 2000.